

A Formação das Capitanias Hereditárias e o pensamento social brasileiro: novas concepções

The Formation of Hereditary Capitánias and the Brazilian social thought: new conceptions

La Formación de las Capitanías Hereditarias y el pensamiento social brasileño: nuevas concepciones

Vinícius Silva dos Santos

Graduado em História pelo Centro Universitário Fundação São José de Itaperuna (UNIFSJ). Pós-Graduando em História do Brasil pelo Centro Universitário Fundação São José de Itaperuna (UNIFSJ). Pós-Graduando em História das Religiões Universidade Cândido Mendes (UCAM).

Drielle da Silva Pereira

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestra em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Resumo: O presente artigo analisa os três principais autores responsáveis pela formação do pensamento social brasileiro que são: Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre. Tendo como o principal ponto de partida o projeto de constituição das Capitanias Hereditárias, para a formulação do entendimento a respeito das bases formulantes das esferas sociais e políticas do país. Utilizando basicamente um estudo bibliográfico, buscaremos identificar na geração de novos intelectuais como Jessé Souza, Roberto Damatta e Florestan Fernandes a assimilação desses acerca dos pensadores clássicos, da composição estrutural político-social brasileira e a relação da última com o fomento da desigualdade no país.

Palavras-chave: Capitanias Hereditárias, Pensamento Social Brasileiro, Patrimonialismo e Desigualdade Social.

Abstract: This article analyzes the three main authors responsible for the formation of Brazilian social thought: Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda and Gilberto Freyre. Having as its main starting point the project of constitution of the Hereditary Captaincies, for the formulation of the understanding regarding the founding bases of the social and political spheres of the country. Using basically a bibliographical study, we will seek to identify in the generation of new intellectuals such as Jessé Souza, Roberto Damatta and Florestan Fernandes the assimilation of these about classic thinkers, Brazilian political-social structural composition and the relation of the latter with the foment of inequality in the country.

Key-words: hereditary captaincies, Brazilian social thought, patrimonialism and social inequality.

Resumen: El presente artículo analiza los tres principales autores responsables de la formación del pensamiento social brasileño que son: Caio

Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda y Gilberto Freyre. Con el principal punto de partida del proyecto de constitución de las Capitanías Hereditarias, para la formulación del entendimiento acerca de las bases formulantes de las esferas sociales y políticas del país. En el presente trabajo se analizan los resultados obtenidos en el análisis de los resultados obtenidos en el estudio de los resultados obtenidos en el estudio.

Palabras-clave: Capitanías Hereditarias, Pensamiento Social Brasileño, Patrimonialismo y Desigualdad Social.

Introdução:

Durante os séculos XV e XVI, Portugal inicia um audacioso projeto de expansão marítima, lançando-se ao mar com objetivos econômico a priori, porém, que irão se reconfigurar durante os processos colonizatórios. No Brasil, a colonização portuguesa concretizou seus respectivos objetivos instituindo um sistema de administração e povoamento de nominada de Capitánias Hereditárias.

As Capitánias Hereditárias devem ser compreendidas como um sistema, que possibilitou a estruturação de uma ordem social que irá surgir durante o Brasil Colônia e se perpetuará durante toda a História do país, mesmo que se posicionando de maneira diferenciada em algumas ocasiões. Herdando um método administrativo português e o alterando sob a realidade colonial, os donatários se tornam predominantemente a elite dessa sociedade em construção. Dessa forma, dedicaremos à primeira sessão do presente artigo a idealização da formação das Capitánias Hereditárias na Colônia, e o processo que conduziu a afirmação desses donatários como uma efetiva elite.

Na tentativa de explicar a formação sócio-política do Brasil, um grupo de estudiosos se debruçou sob a idealização do país, para isso, se reportaram ao período colonial para entender as bases que estruturaram a nação. Tais trabalhos são reconhecidos pelas Ciências Sociais como “pensamento social brasileiro”, e dessa forma, revisitadas a todo o momento para a formulação de argumentos sobre a sociedade, relação política do Brasil, ou até mesmo, para efeito de críticas acerca das mesmas. Desse modo, destacaremos nesta sessão os autores que nortearam a construção do pensamento social brasileiro e a relevância dos mesmos para o entendimento sobre o Brasil.

Com o despontar dos tempos, uma rama de intelectuais se destacam, pois, para conceberem problemáticas como desigualdade social e questões complexas que permeiam a estrutura do Estado brasileiro (como os participantes desse cenário), esses autores retornaram as Capitânicas Hereditárias dispostos a entenderem os pilares dessa sociedade, contrapondo com a ideia expressada pelos clássicos e concebendo uma nova visão para se entender o Brasil. Assim sendo, formalizemos a terceira sessão.

O que se pretende, substancialmente, é demonstrar a importância dos autores clássicos do pensamento social brasileiro na formulação do entendimento sobre o Brasil, bem como, a importância de analisar as interpretações dessa nova geração de autores sobre os clássicos e sobre a formulação das estruturas sócio-políticas do Brasil.

1 Formação das Capitânicas Hereditárias.

O processo de colonização do território brasileiro está extremamente ligado a problemáticas que permeiam a Europa nos séculos XV e XVI. Sendo assim, reportar a este período se faz um elemento de suma importância, para a elucidação desse complexo arranjo que se configurará na organização da colônia do Estado Português no “Novo Mundo”.

Enquanto muitos povos da Europa passavam por conflitos internos para prover a sua unificação e se afirmar como um país junto ao Continente, Portugal se destaca sendo uma nação que há anos já tinha conseguido tal feito. Podemos considerar que, esse fator foi de grande relevância para o pioneirismo português frente à expansão marítima na modernidade. O Estado Português já organizado internamente adotará medidas para prover suas necessidades de subsistência econômica, como também, para a fomentação do produto excedente. O território geográfico no qual Portugal se localiza, favoreceu positivamente sua exposição ao comércio marítimo, desse modo, o habitual contato com o mar viabilizou o desenvolvimento de tecnologias náuticas.

Portugal não escapou à crise geral do ocidente da Europa. Entretanto, enfrentou-se em condições políticas melhores do que as de outros reinos. Durante todo o século XV, Portugal foi

um reino unificado e menos sujeito a convulsões e disputas, contrastando nesse sentido com a França, a Inglaterra, a Espanha e a Itália, todas envolvidas em guerras e complicações dinásticas (FAUSTO, 2015, p. 10).

Perante a realidade de Portugal no século XV, as grandes navegações seria uma realidade que iria de encontro aos interesses de quase todas as classes e instituições que pertenciam aquela Nação. Na visão dos comerciantes, a expansão poderia permitir maiores mercados para venda e consumo; para a Coroa, uma possibilidade que aumentaria a renda dos cofres públicos; para a Instituição Igreja, a expansão do “reino de Deus na terra”, ou seja, a fortificação de suas fileiras de fiéis, que levaria consecutivamente a um fortalecimento da própria Instituição; o povo via com bons olhos uma eventual oportunidade de melhoria de qualidade e padrões de vida. Contudo, o feito de se lançar ao mar, prejudicava severamente as negociações dos empresários agrícolas, para esses, a terra era sinônimo de produção, lucro e renda. Contudo, esgualhemos conceber que, a expansão marítima portuguesa se tornou um projeto nacional, tendo em vista que, houve uma adesão de quase todos os seguimentos da sociedade, visando os eventuais ganhos que essa medida poderia gerar (FAUSTO, 2015).

As primeiras experiências quanto à expansão marítima portuguesa, se deu no Continente Africano. Por volta de 1415, os portugueses conquistam Ceuta, localizada no norte da África, e, a partir deste momento, iniciam uma longa jornada de reconhecimento da costa litorânea. Durante esse período, o comércio é organizado de acordo com os interesses dos dominadores, estabelecendo o monopólio sobre operações. Duas principais matérias iram fomentar os interesses portugueses, são elas: o ouro e as especiarias. O valor do “metal amarelo”, já era conhecido desde os primórdios da humanidade, e sua significância para a Coroa girava em torno do mercado monetário (moeda), como também, para a exuberância daquela nobreza. Já as especiarias eram utilizadas como técnica de conservação de alimentos (BUENO, 2006).

A História aborda o ano de 1500, como sendo o de “coroação-mor” da expansão marítima portuguesa. A dimensão territorial, diversidade natural e logicamente, a possibilidade de descoberta de um território altamente rentável

(mesmo com o desconhecimento de imediato da proporção dessa conquista) despertou os interesses da Coroa para com as terras recém “descobertas”. De início, não houve preocupação dos Portugueses em instaurar uma colônia propriamente dita, esse fator pode ser entendido pela simples consciência de que, naquele momento não se sabia as proporções financeiras que tal feito poderia garantir. Isso posto, conhecer o território era essencial para a consolidação de projetos futuros. Durante o período Pré-Colonial (1500-1535), a tensão com as possibilidades de ocupações da extensão por outras nações, levou Portugal a estabelecer um sistema de efetiva colonização do território.

O fato de que os portugueses seguiam encontrando diversos navios franceses com pau-brasil, e até ocupando áreas que de acordo com o Tratado de Tordesilhas pertenciam a Portugal, ajudou a pressionar D. João na sua decisão por dividir o Brasil em CH's e começar a povoá-lo para acabar com o risco de perder as terras para a França (INNOCENTINI, 2009, p. 14).

O processo de formação das Capitânicas Hereditárias na então pré-colônia Portuguesa na América se deu a partir do ano de 1534, quando o então Rei D. João III percebeu que havia necessidade de colonizar essas terras, com o intuito de melhor explorá-las, como também, povoá-las. O monarca estabeleceu a divisão da costa brasileira em quinze lotes (que iam do litoral ao interior), formando-se assim doze capitânicas, que era uma forma de administrar o território colonial. O recebimento das porções de terras era realizado através de denominadas “carta de doação e a carta foral”, onde o rei concedia os poderes aos donatários de ali estabelecer sua capitania. Porém, devemos salientar a contrapartida posta aos donatários, como, por exemplo, a obrigatoriedade de investimento nas terras no intuito de exploração; a necessidade de pagamento de tributos relativos ao que era produzido na capitania. O donatário ao receber as terras detinha plenos poderes sobre elas, porém, estava proibido de vendê-las, podendo apenas caso fosse de sua vontade, passá-las aos seus filhos de forma hereditária, caracterizando o próprio nome do sistema. Outros direitos garantidos ao donatário pela carta de doação era o de formar milícias para a proteção da população da capitania e o de subdividir suas terras em sesmarias (porções de terras menores) para melhor explorar a terra no cultivo e para o povoamento.

Aos donatários cabia a responsabilidade de povoar e desenvolver a terra à própria custa. O regime de capitania hereditárias, desse modo, transferia para a iniciativa particular a tarefa de colonizar o Brasil (INNOCENTINI, 2009, p. 16).

A tarefa de doar as terras a fim de colonizar, não fora um feito simples para a coroa. O grupo social que poderia cumprir a exigência de investimento para o desenvolvimento da capitania, era a nobreza, porém, a essa classe pouco interessava tal fato, pois, não havia nada de concreto que comprovasse a existência de riqueza no solo brasileiro exceto o pau-brasil, esse feito levou a alguns donatários a nunca virem assumir suas capitanias. Sendo assim, (ABREU, 1998, p. 48) irá comentar:

Os donatários saíram em geral da pequena nobreza, dentre pessoas práticas da Índia, afeitas ao viver largo da conquista, porventura coactas nas malhas acochadas da pragmática metropolitana. Muitos nunca vieram ao Brasil, ou desanimaram com o primeiro revés. El rei cedeu às pessoas a quem doou capitanias alguns dos direitos reais, levado pelo desejo de dar vigor ao regime agora organizado; muitas concessões fez também como administrador e grão-mestre da Ordem de Cristo.

Efetivando a instauração das capitanias, o povoamento se fazia um elemento significativo. Se deparar com pessoas que estavam dispostas a se lançar ao mar em direção a um mundo desconhecido, não foi uma tarefa fácil. Portanto, o Estado Português se viu compelido a implantar medidas para encorajar pessoas a deixarem o reino e virem para a colônia. Uma dessas medidas era a de impor a vinda para colônia, como forma de pena para aqueles que cometessem crimes de degredo, como, ataques contra a Igreja, lesa-majestade, delitos sexuais (vieram em maior quantidade) e furtos. Havia também os “nobres empobrecidos” que viam nessa oportunidade, a chance de reconstruírem suas vidas; pequenos burgueses e os cristãos novos que vieram fugidos das perseguições religiosas. O último desenvolveu um papel de grande importância na promoção da colônia (COSTA, 1998).

Transpor a economia de pura extração de recursos naturais para uma economia de cultivo da terra foi uma medida que pode ocorrer apenas pela autonomia dada pela Coroa aos donatários. Com o objetivo de captar lucro, “As capitanias resultaram na condição ideal para que o ciclo do açúcar viesse a se instalar” (MATTOS, INNOCENTINI; BENELLI, 2012, p. 440). Para a mão-de-

obra como força produtivas dessas lavouras de cana de açúcar não coube mais ao escambo. Baseados em experiências portuguesas no continente africano, e conhecendo o manejo daqueles nativos com a terra, os portugueses viram que era viável trazer africanos como escravos para trabalharem nas grandes plantações e engenhos.

O sistema de Capitânicas Hereditárias, não obteve sucesso em sua totalidade. A má administração, o descaso com a terra e até mesmo o abandono total das capitânicas, levaram a frustração do projeto. Contudo, devemos compreender as Capitânicas Hereditárias, como a formação de uma grande classe latifundiária e de senhores de engenho. Estas iram configurar durante a História do Brasil um arranjo, se afirmando como classes dominantes nos âmbitos sociais e econômicos. Dessa forma, na próxima sessão, buscaremos discutir nos autores clássicos do pensamento social brasileiro, a constituição dessa elite colonial.

2 A formação da elite colonial brasileira, na visão dos autores clássicos do pensamento social brasileiro.

Com o advento da primeira metade do século XX, e com a experiência da Revolução de 1930¹ onde uma política bastante destemida buscava colocar o país no caminho do desenvolvimento econômico nacional, baseado na industrialização e na fomentação das indústrias de base; voltou-se a discutir por meio de autores atentos a todas essas mudanças, o entendimento sobre a formação do Brasil. Para isso, iram recorrer às gêneses do país, ou seja, no período colonial, para o desenvolvimento de análises que pudessem reproduzir melhor o que proporcionou a construção do país, sendo nos âmbitos políticos, sociais e econômicos (SOUSA, 2009).

O pensamento social brasileiro é formado por uma tríade clássica, composta por três principais autores que em diferentes campos do saber visam analisar a sociedade brasileira desde seu engendo. Caio Prado Jr. buscará

¹ Movimento que leva Getúlio Vargas a Presidência da República, e que inicia a denominada “Era Vargas”, período de quinze anos em que o Brasil fora governado exclusivamente por Vargas.

abordar pela óptica econômica, o desenvolvimento do país como parte de empreendimento maior, salientado e mantido por Portugal. No espaço da política Sergio Buarque de Hollanda, fará uma abordagem sobre o legado cultural do colonizador e quais as influências desta, na cultura da nação. Já, Gilberto Freyre desenvolve na área social profundo estudo acerca das “raças” que fizeram parte da construção do Brasil, tal como, análises regionais envolvendo as aristocracias rurais e urbanas e sua ação no meio familiar e político.

A economia colonial fez-se um dos pilares fundamentais para a formação da sociedade brasileira. Portugal consolida sua colônia com o objetivo principal de exploração de recursos produtivos e naturais. Desta forma, articular toda uma estrutura político e administrativo-econômico, para fazer valer seus respectivos interesses era um elemento essencial. A Metrópole possuía exclusividade comercial sob a colônia, principalmente pela produção e exportação de produtos e esses produtos eram necessários não apenas para a subsistência da Metrópole, mas sim, para comercialização do excedente para exterior. Uma estrutura fora criada pela Metrópole na Colônia para a afirmação desse projeto, posto assim, o povoamento e a política organizacional foi de encontro aos objetivos da Metrópole, isto é, a Colônia não deve se preocupar com fatos que fujam do interesse comercial metropolitano (PRADO JR., 2017). Na visão de Caio Prado Jr., essa situação colaborou para que o Brasil passasse a ser um país que baseia a sua produção na monocultura e a uma evolução cíclica de espaço e tempo, onde há avanços econômicos em apenas determinadas regiões, com os variáveis lapsos de espaços de tempo, porém, sempre muito curto.

De tudo isso resultará uma consequência final, e talvez a mais grave: é a forma que tomou a evolução econômica da colônia. Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapsos de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total (PRADO JR., 2017, p. 132).

Ainda sobre a economia colonial, Caio Prado Jr. afirma que ela será a responsável pela constituição da sociedade brasileira, onde uma minoria de proprietários de terras busca a todo o momento se afirmar sobre uma maioria

composta por pessoas desprovidas economicamente e socialmente (escravos, índios, artesãos e etc.).

A situação de fato, sob o regime colonial, correspondia efetivamente à de direito. E isso se compreende: chegamos ao cabo de nossa história colonial constituindo ainda, como desde o princípio, aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de toda sua riqueza; e de outro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isso: máquina de trabalho apenas, e sem outro papel no sistema (PRADO JR., 2017, p. 132).

Nas Capitânicas Hereditárias, acontecerá a formação de uma classe social pertencente aos Senhores de Engenho, que será fomentada a partir da principal atividade econômica da colônia, que era a produção de açúcar. Podemos notar a cristalização da prática do estamento, onde, esses senhores se organizam por meio de critérios de honra e tradição, ou seja, adquiri-se “status sociais” por meio de número de escravos, cristão velho, e de engenhos, por exemplo (CAMPANTE, 2003).

O jurista e sociólogo alemão Marx Weber (1864-1920), analisando uma determinada estrutura governamental, buscou compreender o sistema de poder político e por quais relações ela busca se afirmar. Deste modo, foi possível conceber o que o autor chama de patrimonialismo, que se manifesta nas relações governamentais dos sujeitos, sendo a gestão política baseada no interesse particular em detrimento do espaço público.

O patrimonialismo, portanto, explica a fundamentação do poder político, ou seja, como este se organiza e se legitima, e caracteriza-se pelo poder político organizado através do poder arbitrário/pessoal do príncipe e legitimado pela tradição (CAMPANTE, 2003, p. 4).

Para abarcar o aparato administrativo que o Brasil herda diretamente de Portugal pela relação entre metrópole e colônia, Raymundo Faoro apropria-se da concepção da ideia de patrimonialismo. De acordo com sua visão, o Estado será capaz de modificar-se sempre que necessário para a configuração desta condição dentro de um conjunto político-administrativo, organizado e formalizado através de mecanismos jurídicos (FAORO, 2012).

Explorar o âmbito familiar durante o período colonial se faz necessário para se pensar a sociedade, e, até mesmo para vislumbrar a incorporação do patrimonialismo no Brasil. O patriarcalismo² se posiciona durante a História do país, como uma configuração social predominantemente existente nas classes dominantes, afirmada e legitimada pela religiosidade, com a sentença de que a figura masculina tinha em si a autoridade divina. Podemos destacar como sendo as principais características desta: a predominância da efígie masculina e a sua autoridade incontestável (MOORE JR., 1967). Gilberto Freyre abordará o patriarcalismo dentro da sociedade colonial brasileira, e dedicará duas de suas grandes obras (Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mucambos) a concepção da mesma. Segundo Jessé Sousa seguindo a ideia do patriarcalismo, Freyre demonstra que não há limites para a autoridade do detentor de terras e escravos, sendo a soberania deste incontestável por forças legais, pois, a sua personalidade.

Patriarcalismo, para ele, tem a ver com o fato de que não existem limites à autoridade pessoal do senhor de terras e escravos. Não existe justiça superior a ele, como em Portugal era o caso da justiça da Igreja, que decidia em última instância querelas seculares, não existia também poder policial independente que lhe pudesse exigir cumprimentos de contrato, como no caso das dívidas impagáveis de que fala Gilberto, não existia, *last but not least*, poder moral independente, posto que a capela era uma mera extensão da casa-grande (SOUSA, 2000, p. 5).

No cenário exposto, analisar detalhadamente as Câmaras Municipais se faz um fator de sua relevância, pois, é nela que se dará uma maior articulação, dos senhores de engenho em relação ao espaço público. O papel das Câmaras está atrelado ao de ação frente aos problemas de caráter administrativo, na manutenção das vilas; jurídico, regras para o comércio local, econômico e outros. Nesse meio, podemos ilustrar a recepção do patrimonialismo no Brasil, na medida em que grandes latifundiários, comerciantes e principalmente os senhores de engenho pertencentes à administração pública, irão se valer desse espaço tendo a concepção patriarcalismo para o benefício próprio, sendo assim, será figurado o que o autor Sérgio Buarque de Holanda intitula como “homem cordial”, um cidadão

² Ideologia que afirma a figura do homem nas relações sociais dotado de poder, tanto no âmbito familiar, quanto na esfera pública.

que pela sua cultura e meio evolutivo, não sabe diferenciar o recinto público do privado. Segundo HOLLANDA (1969, p. 105-6):

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. [...]. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer as funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático.

Nos últimos anos, os grandes clássicos do pensamento social brasileiro, estão sendo revisitados, com o intuito de promoção de releituras das obras. Não é nosso intento querer minimizar os feitos dos celebres autores, mas sim, valorizá-los os trazendo a tona, debatendo sobre o período de formação brasileira e da produção dos grandes ícones visto na presente sessão. Nesse sentido, buscaremos na sessão seguinte assimilar outros autores que retornam ao tema e analisarmos suas produções.

3 Leitura dos clássicos do pensamento político brasileiro por uma nova geração de intelectuais.

Revisitar os grandes clássicos do pensamento político brasileiro tem sido uma tarefa corriqueira, feita pelos atuais pesquisadores que possuem o objetivo de compreender o Brasil. Com a finalidade de elaboração de novas visões, estudiosos de diversos campos destacam-se em articular seus respectivos trabalhos e entendimentos elaborando elos com outras áreas, bem como, contundentes reinterpretações de tais obras. Podemos atribuir este fato ao movimento ocorrido na Historiografia³ durante as últimas décadas XX, que concedeu a abertura para que a História interagisse com outras ciências, como por exemplo: Ciência Política, Geografia, Sociologia e outras.

³ Terceira Geração dos Annales.

Nos últimos anos, um heterogêneo conjunto de pesquisadores, equipados com o instrumental analítico acumulado por décadas de ciência social institucionalizada, vem não apenas revisitando o ensaísmo dos anos 30, mas vasculhando a história intelectual do país e produzindo uma quantidade respeitável de análises, pesquisas empíricas e historiográficas, interpretações teóricas que têm contribuído para renovar nosso conhecimento dos padrões e dilemas fundamentais da sociedade e da política brasileiras (BRANDÃO, 2005, p. 231).

Através dessas reinterpretações buscaremos, ao decorrer desta sessão, analisar de forma contundente a atual produção realizada pelos intelectuais da hodiernidade, que atuam em diferentes dimensões. Buscaremos em Jessé Souza o contraponto com os pensadores clássicos, o qual afirma que a problemática social do Brasil não gira em torno das instituições, mas sim, na perpetuação das desigualdades de classes existentes no âmbito social (TEIXEIRA, 2010). Roberto Damatta apresenta uma série de indagações, na tentativa de elucidar a hipótese central: “O que faz o Brasil, Brasil” (SOUZA, 2001). Sendo assim, analisaremos as questões elucidadas por ele, contrapondo com os intelectuais abordados na sessão anterior. Na produção de Florestan Fernandes, salientaremos a preocupação do autor em não se limitar apenas no patrimonialismo como sendo um elemento estruturante no processo de formação do Brasil, florescendo questões elementares abordadas pelo autor para a constituição do país e das instituições (PORTELA JÚNIOR, 2012).

O sociólogo Jessé Souza em suas diversas produções como obras, ensaios e trabalhos⁴ busca examinar as questões políticas e sociais da atualidade através da composição histórica do país. Ao retornar aos grandes nomes que pensaram o Brasil durante a década de 30 e 40 do século passado, Souza constatará que a afirmação dos clássicos acerca do patrimonialismo serem a essência que permeia as instituições no Brasil, fora algo pensado e articulado com a finalidade política e econômica, constituindo a o que o autor chama de “marcas fundamentais da cultura brasileira”, que influenciará tanto o senso comum, quanto o saber científico (SOUZA, 2009).

⁴ Livros: A Elite do Atraso (2017), A Ralé: como é e como vive (2009). Artigos: A gramática social da desigualdade brasileira (2004), Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira (2005).

Há que se deixar claro, antes de qualquer coisa, que as ideias não são algo abstrato e abstruso de pessoas que vivem nas nuvens sem qualquer relação com o mundo real. Na verdade, não existe nada no mundo “real” que não tenha sido criado por “ideias” de intelectuais e cientistas. E não me refiro apenas aos carros e computadores de todo dia. Também todas as escolhas institucionalizadas ou não que definem para onde uma sociedade como um todo pode e deve ir são criações de intelectuais. Toda a ação de todos os partidos e tudo que se diz na mídia foram ou são também criação de intelectuais. Os intelectuais não criam, obviamente, o mundo a seu bel-prazer, já que as ideias têm de ser articuladas com interesses econômicos e políticos poderosos para se institucionalizarem e se tornarem “realidade material” (SOUZA, 2011, p. 33).

De acordo com a visão apresentada por Jessé Souza, os clássicos que se propuseram a entender e analisar o país desde sua origem, devem ser entendidos dentro das ciências sociais como sendo ensaios de grande respeito e valia. Essa questão se dá, pelo fato de que esses “revolucionaram” o fazer científico de sua época, ousando-se a construir obras de suma relevância para a intelectualidade que efetivamente se consagraram. Sendo assim, todos aqueles que desejam discorrer sobre a formação social brasileira, possuem a necessidade de retornar os “célebres” do pensamento social brasileiro, seja para louvá-los, ou até mesmo para criticá-los (SOUZA, 2009).

A visão tradicional acerca do fomento do Estado brasileiro, consonante com a ideia exposta por Souza, foi o responsável pela criação de um “mito”, o qual o país consolidou em seu imaginário, onde se atribui valor ao mercado (privado) e se despreza o Estado, atribuindo sempre ao último as mazelas sucedidas ao país. Tal feito perante o seu entendimento possibilitou a minimização de assuntos como “invisibilidade da sociedade e de seus conflitos”, tornando o povo brasileiro, “segunda natureza”, ou seja, um mero coadjuvante no cenário político social. Podemos argumentar como sendo um dos pontos principais de Jessé Souza que, diferentemente dos clássicos que colocam o problema brasileiro como uma herança do Estado português, Souza expõe o entendimento silogismo que a origem da desigualdade eminente no Brasil reside na Escravidão. No mesmo sentido, alguns outros intelectuais dialogaram com ideia manifestada por Jessé, como o autor Florestan Fernandes, que irá elucidar a sua lógica direcionando ao sistema escravocrata, de modo que seria o pressuposto da disparidade constante no Brasil.

Como todo conflito social é dramatizado nessa falsa oposição entre mercado divinizado e Estado demonizado, os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis.

É essa invisibilidade da sociedade e de seus conflitos — que é o principal produto do tipo de ciência social conservadora que se tornou dominante entre nós nas universidades, na grande imprensa e no debate público — que permite um tipo de economicismo, que, de tão hegemônico, transformou-se na única linguagem social compreensível por todos (SOUZA, 2009, p. 17).

Considerado um dos principais fundadores da sociologia crítica no Brasil, Florestan Fernandes se torna um clássico na intelectualidade, na medida em que se põe a pensar de maneira reflexiva a realidade social brasileira e as formas mais conservadoras do pensamento científico social, elevando como umas de suas principais características sua contribuição para a teoria básica sociológica (CAMACHO, 1997).

Florestan Fernandes dialoga positivamente com Hollanda, Freyre e Faoro, na concepção de que o âmbito doméstico seja extremamente dominante nas relações, caracterizado pelo feito patriarcal. Entretanto, a crítica elaborada por Florestan é a “razoabilidade” dentro o contexto sócio-histórico elaborado pelos autores. Deste modo, irá se reportar ao período colonial e estreitar seus respectivos estudos na relação entre o regime escravocrata, o qual entenderá ser o elemento estruturante das relações sociais, devido à concentração de latifúndio, a posição de poder e privilégios.

A dominação patrimonial, entendida nesses termos, manifestava-se, em sua plenitude, no âmbito do que Fernandes chama de “domínio”, isto é, o conjunto das instituições e relações sociais que giravam em torno da “grande lavoura”. Na época colonial, esses “domínios senhoriais” eram relativamente autônomos entre si, além de indiferentes uns aos outros e ocasionalmente beligerantes, o que consiste em uma evidência de que, a despeito das relações patrimonialistas serem um fator comum a todos, não havia mecanismos sociais que estimulassem a solidariedade de interesses entre as camadas senhoriais (PORTELA JR. 2012, p. 20).

Uma das questões mais contundentes dentro do pensamento de Fernandes é a desigualdade social. O mesmo chegará nesse entendimento analisando os processos históricos e sociológicos do país desde a Colônia, tendo a escravidão como motor fomentador dessa relação desigual no âmbito social

que se perpetuará e se transformará em uma desigualdade racial, pautada pela chamada “hierarquia de raças”.

A estrutura social brasileira operou durante séculos através de um código social baseado na hierarquia entre as “raças”. Os processos de crescimento econômico que possibilitaram certa integração do negro não romperam, entretanto, com esse aspecto social, sendo o racismo importante elemento para pensarmos a relação entre status e posição social. Por isso que Florestan aponta para um paralelismo entre “raça” e classe, colocando o racismo como um elemento fundamental para entendermos a formação social brasileira. Dessa forma mesmo com o processo de crescimento econômico e sua crescente incorporação dos negros nas instituições, o preconceito e a discriminação racial não desapareceram [...] (MOTTA, 2013, p. 129).

(...) seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classe. (...) O que desapareceu historicamente – o “mundo colonial” – subsiste institucional e funcionalmente, ainda que de forma variável e desigual, conforme os níveis de desorganização da vida humana que se considerem. Ele vive, pois, em quase tudo que é essencial para o capitalismo dependente: na posse da terra, na organização da agricultura, na autocracia dos poderosos, na espoliação sistemática e marginalização dos pobres, no particularismo e no farisaísmo das elites, na apatia ou na confusão das massas oprimidas e, principalmente, nos padrões de relações étnicas e raciais (FERNANDES, 2007, p. 289).

No campo antropológico, Roberto Damatta se destacará promovendo um debate bastante amplo, acerca da formação social do país. Para tal, o autor destacará questões e pontos principais de indagações na tentativa de desvendar os conceitos norteadores da sociedade brasileira.

Ao tentar descobrir “o que faz o Brasil, Brasil”, Da Matta propõe o questionamento de temas tais como o que é indivíduo?, o que é democracia?, o que são relações sociais?, como se compara sociedades? e, acima de tudo, como se percebe aquelas diferenças históricas e culturais que conferem uma especificidade toda própria a cada sociedade singular? (SOUZA, 2001).

Roberto Damatta propõe que o brasileiro sofre de um grande dilema, ocorrido por não saber delimitar uma grande questão formada pelo dualismo composto pelo “indivíduo” e a “pessoa”. Segundo Damatta, o “indivíduo” seria o ser subordinado às leis de caráter universais e igualitárias responsáveis por modernizar a sociedade, e a “pessoa” seria o sujeito (aquele que atua) nas relações sociais dentro das delimitações da hierarquia atribuída e formalizada pelo sistema. Não sabendo se posicionar perante essas questões, “o brasileiro”

não consegue agir perante as leis que delimitam a Rua (espaço público) e a Casa (espaço privado), sendo assim, surgirá em sua visão o “jeito malandro de ser”. Podemos ver claramente o entendimento do patrimonialismo no trabalho de Roberto, onde a dualidade entre o público e o privado não possui não é compreendida, pelo fato de que, o brasileiro concebe a rua como extensão de sua casa (DAMATTA, 1997).

Considerações Finais

Para examinar as obras clássicas do pensamento social brasileiro, devemos ter a compreensão do período histórico em que os autores dissertaram seus respectivos trabalhos. Envoltos com o intenso período e as inovações metodológicas propostas pelas Ciências Sociais, esses puderam conceber suas análises de maneira diferenciada, pondo-se a influenciar novas gerações de intelectuais até nos dias de hoje.

A escolha relativa aos autores principais que foram abordados no presente artigo foi pautada a priori na interdisciplinaridade, ou seja, olhares sobre o mesmo assunto, porém de ópticas diferentes, com o objetivo de possibilitar um vislumbamento mais amplo em relação ao objeto abordado.

A utilização do período Brasil Colônia, mais precisamente a formação das Capitânicas Hereditárias como delimitação deste trabalho, foi para que em um primeiro momento ficasse clara a consolidação de um sistema efetivo que se instaura no país, e a partir dos estudos interlocuções veicular a relação da classe dominante que se estabelecem nesse contexto, a latente desigualdade contida no Brasil, bem como, a utilização de determinados mecanismos como forma de privilégios e espaços de poder.

Nesta pesquisa, não se pretendeu fechar entendimento sobre os pilares estruturantes da sociedade brasileira, estrutura política e seus personagens, tão pouco, minimizar os prestígios atribuídos as obras clássicas, ma sim, as valorizá-las pelo seu valor histórico e científico. Desse modo, analisá-las de maneira comparativa com os trabalhos esboçados pela nova geração de autores, possibilita o preenchimento de “lacunas expostas” e atuar como ponto

de partida para as perspectivas que se apresentarem no cenário do pensamento social brasileiro.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Capistrano. **Capítulos da História Colonial**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

BRANDÃO, Gildo M. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n2/a01v48n2.pdf>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

Bueno, Eduardo. **Capitães do Brasil – A saga dos primeiros colonizadores**. 2.ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

CAMACHO, Thimóteo. **Florestan Fernandes e as Ciências Sociais no Brasil**. Estudos de Sociologia. N. 2, vol. III, 1997.

CAMPANTE, Rubens G. **O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000100005&script=sci_abstract>. Acesso: 17 de maio de 2018.

CASTRO, Márcia da Silva P. **Patrimonialismo Estatal: Breves reflexões a partir de raízes do Brasil**. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4672>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

CHAGAS, Rodrigo P. **Florestan, a “Revolução Burguesa” e a transformação capitalista do Brasil**. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18459>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

COSTA, Emília V. **Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados**. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5877>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

DAMATTA, Roberto. **A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira**. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1999/anuario99_robertodamatta.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2018

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

FAORO, Raymundo, **Os Donos do Poder**, 6. ed. São Paulo: Editora Globo S.A, 2017.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/255903-Historia-do-brasil-boris-fausto-edusp.html>>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: editora Globo, 2006.

FERREIRA, Emmanoel Lima et al. **A Revolução Burguesa no Brasil: Esboço de uma crítica**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6520>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, 32. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala**. 48. ed. São Paulo: Global editora, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 1. ed. São Paulo: Global Editora, 2013.

HOLANDA, Sergio B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Campanha das Letras, 1995.

HOLANDA, Sergio B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MOORE JR, Barrington, **As origens Sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Editora Edições 70, Lisboa, 1966. Edição de 2010.

PORTELA JÚNIOR, Florestan **Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil**. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/74433/78054>>. Acesso: 09 de maio de 2018.

PRADO JUNIOR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

POKULAT, Luciane F., **Um olhar sobre o romance malandro**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_actio n=&co_obra=153666>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

RIBEIRO, Isolda L., **Patrimonialismo e Personalismo: a gênese das práticas de corrupção no Brasil**. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Patrimonialismo_e_personalismo_a_genese.pdf>. Acesso: 10 de maio de 2018.

ROCHA NETO, Luiz Henrique da. **A Formação do Estado Brasileiro: Patrimonialismo, Burocracia e Corrupção.** Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/view/2598>>. Acesso em: 13 maio 2018.

RUST, Leandro Duarte. **A “Terceira Geração dos Anales” e o exorterismo do tempo.** Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/855>>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Org.). **Brasil: uma biografia.** 1. ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2015.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira. Quem é e como vive.** Minas Gerais, Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A parte de Baixo da Sociedade Brasileira.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/240651/mod_resource/content/1/A%20Parte%20de%20Baixo%20da%20Sociedade%20Brasileira%20Jess%C3%A9%20Souza.pdf>. Acesso em: 15 de maio 2018.

SOUZA, Jessé. **A sociologia dual de Roberto Da Matta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?** Disponível em: 15 de maio de 2018.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e a formação do estado brasileiro: uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Viana.** Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Daniel%20Barile%20da%20Silveira.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé. **Democracia racial e o multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101546X2000000200007&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 13 de maio de 2018.